



ID: 119464862

06-10-2025

A despesa do Estado em Portugal é das mais baixas da UE



Ricardo Paes Mamede

Afirmar que o mau desempenho da economia portuguesa se deve a “excesso de intervenção do Estado” é algo absurdo

Um dos maiores mitos que a direita (PSD, CDS, IL e Chega) alimentou nos últimos anos foi a ideia de que em Portugal “há Estado a mais” e que vivemos num “regime socialista”. Não é preciso ter muita memória histórica para perceber o ridículo da ideia.

Desde a década de 1990 privatizou-se quase tudo o que havia para privatizar: empresas industriais, bancos, seguradoras, transportes, telecomunicações, energia e até tratamento de resíduos. Liberalizou-se o sistema financeiro e a circulação de capitais. Por várias vezes se alterou a lei do trabalho para facilitar os despedimentos, os horários flexíveis e os contratos precários. Abriam-se as portas aos grupos privados na saúde e na educação. Encerraram-se os serviços de planeamento do Estado e deixámos de ter qualquer estratégia nacional de desenvolvimento produtivo que fosse além da “redução dos custos de contexto”. Realizou-se uma das mais profundas reformas da segurança social, elogiada pelas instituições internacionais mais conservadoras.

Hoje somos o país da UE com menor percentagem de habitação pública e de propriedade pública de floresta, e um dos países onde a participação do Estado no capital de empresas menos pesa no PIB.

Neste contexto, afirmar que o mau desempenho da economia portuguesa nas últimas décadas se ficou a dever a falta de “liberdade económica” e a “excesso de intervenção do Estado” é algo absurdo.

Mas não é tudo. Na última década, Portugal foi um dos países da UE que mais reduziram a despesa pública em percentagem do PIB. Entre 2013 e 2024 (o primeiro e último anos para os quais há dados disponíveis no Eurostat), a despesa pública portuguesa caiu de 50% para 42,8% do PIB, enquanto o valor médio da UE pouco se alterou (de 50% para 49,2%). (Os mais cépticos poderão escolher outros anos de referência e verificar se chegam a conclusões diferentes.)

Nos dados mais recentes Portugal surge como o 6.º país da UE onde as despesas públicas em proporção do PIB são mais reduzidas. Quando falamos de despesa do Estado falamos, no essencial, de saúde, educação e protecção social. Quem diz que ainda temos Estado a mais ou desconhece os



DAMEL ROCHA

números, ou deseja para Portugal um modelo de sociedade muito pouco europeu.

O cenário não melhora se olharmos para as despesas do Estado por habitante, em vez de ponderarmos pelo PIB. Em paridades de poder de compra (que têm em conta o custo de vida em cada país), há apenas seis Estados da UE onde a despesa pública por cidadão é mais reduzida do que em Portugal, a saber: Bulgária, Letónia, Grécia, Roménia, Estónia e Lituânia. Com excepção deste último, são todos países onde o rendimento médio por habitante em 2024 (mais uma vez, ponderado pelo poder de compra) está abaixo do português. Por outras palavras, os recursos públicos alocados a cada cidadão em Portugal estão já hoje ao nível dos países mais pobres da UE. Na verdade, em vários países com menores rendimentos médios do que Portugal – Eslováquia, Hungria, Croácia e Polónia – o Estado gasta mais por cidadão. Por isso, não, não temos um Estado Social típico de país rico, pelo contrário.

Este recuo acentuado do papel do Estado no nosso país foi feito em nome da redução acelerada do rácio da dívida pública sobre o PIB. Na última década, Portugal foi o país da UE que registou a segunda maior redução daquele rácio (de mais de 130% para menos de 95%). Este feito não se fez sem custos.

Atingimos níveis historicamente baixos de investimento público, mantendo salários e progressões congelados na administração pública até há pouco tempo. Isto num período em que as necessidades não pararam de aumentar, seja pelo acentuado envelhecimento demográfico ou pelo aumento da população. Quem quer perceber as origens dos problemas dos serviços públicos de saúde e educação em Portugal, ou a ausência de respostas no domínio da habitação, ou até as demoras recorrentes em vários serviços da administração Estado, não pode ignorar isto.

Não faltou – e continua a não faltar – quem veja nas respostas insuficientes do Estado meros problemas de ineficiência e falta de organização. Há de tudo isso um pouco, com certeza. Mas bastaria conhecer as condições em que se trabalhava nos serviços públicos há duas décadas e as condições em que se trabalha hoje para perceber que cada vez se assumem mais responsabilidades com menos pessoas e menos recursos.

Ao contrário do que se diz, não faltaram reformas da administração pública ao longo dos anos. Para além do famoso Simplex (reconhecido pelas organizações internacionais como programa exemplar de modernização do Estado), houve também o PRACE (2005-2007) e o Premac (2011-2012) – o primeiro visou “racionalizar” a Administração Central através da fusão e extinção de organismos, o segundo aprofundou essa redução de estruturas e cargos dirigentes. O objectivo era, em teoria, aumentar a eficiência. O resultado prático foi o aumento substancial da pressão sobre os serviços.

“

Quem diz que ainda temos Estado a mais ou desconhece os números, ou deseja para Portugal um modelo de sociedade muito pouco europeu

Apesar disto tudo, há quem insista na ideia de que é possível aumentar a eficiência do Estado, ao mesmo tempo que se reduz ainda mais a despesa pública em percentagem do PIB. O facto de termos já hoje um nível de apoio público por habitante ao nível dos países mais pobres da UE não parece afectar estas consciências. Quando lhes perguntamos como se faz essa magia, acontece-lhes o mesmo que a Paulo Portas em 2013: depois de andar meses a garantir que havia muito a fazer para melhorar a eficiência dos serviços públicos, o então ministro e líder do CDS apresentou um “Guião da Reforma do Estado” pífio, recheado de medidas já implementadas.

Na verdade, há muitas coisas a fazer para melhorar a eficiência do Estado: regressar a níveis razoáveis de investimento público, oferecer salários e perspectivas de progressão que aumentem a capacidade de recrutamento e retenção de técnicos qualificados, apostar na formação (em particular, na gestão de pessoas), investir na digitalização de processos e serviços, evitar as externalizações de actividades que aumentam os custos para o erário público, orientar a gestão de organismos do Estado por princípios de autonomia e desempenho, entre outras.

Muitas destas medidas implicam reverter, ou pelo menos estancar, a contínua redução dos recursos dedicados à acção do Estado. O Governo vai dizendo que está disponível para isso. Mas também diz que vai reduzir os impostos e continuar a baixar o rácio da dívida pública a ritmo acelerado. A não ser que haja um milagre de crescimento em Portugal, não é possível fazer isto tudo. O problema é que os milagres não existem. E já sabemos que a despesa pública é sempre a variável de ajustamento. Até quando?

Economista e professor do ISCTE